

TARIFAÇÃO DE TRUMP

de desafio externo a
capital político para Lula

Página 5

FEDERAÇÕES

e o rearranjo
partidário no Brasil

Página 19

IMPOSTO DE RENDA

Isenção na Câmara e
a justiça fiscal

Página 24

*Amazônia no centro do
debate climático global*



COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025

EXPEDIENTE

Diretor da revista:

Elói Pietá

Coordenação da revista:

Carolina Gavino

Editor:

Stella Autuori

Supervisão:

Stella Autuori

Conteúdo:

Maria Eduarda Moutinho

Cairo Tavares

Elói Pietá

Henrique Cardoso

Projeto gráfico e diagramação:

Maria Eduarda Moutinho

Revisão:

Carolina Gavino

Realização:

Fundação 1° De Maio

A COP30 e o Desafio Climático

Andrea Envall

Presidente da Fundação 1º de Maio



Foto: Yuri Zoubaref.

Em 2025, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas chega à Amazônia, um palco que é, ao mesmo tempo, um tesouro de biodiversidade e o epicentro de muitos debates climáticos.

Não se trata apenas de um encontro diplomático; é a chance de colocar a maior floresta tropical do mundo no centro das soluções. Nossas páginas trarão reflexões aprofundadas sobre os desafios e as oportunidades que esta localização singular oferece.

Os Riscos e a Resposta ao "Tarifaço"

Sandoval Fernandes

Vice-presidente da Fundação 1º de Maio



Foto: Yuri Zoubaref.

Nesta edição, dedicamos nossa análise a um movimento que está redefinindo o mapa do comércio internacional: o "Tarifaço" imposto pelo Presidente Donald Trump.

Desde o início de seu segundo mandato, os Estados Unidos têm aplicado uma série de tarifas pesadas, visando proteger a indústria nacional, reduzir o déficit comercial e fazer com que a produção volte a ser majoritariamente nos EUA. Essa é uma estratégia agressiva que elevou a taxa média de tarifas americanas a níveis históricos.

Sumário

TARIFAÇÃO DE TRUMP
de desafio externo a capital
político para Lula

05.

Por Cairo Tavares

COP30 EM BELÉM
Amazônia no centro do
debate climático global

09.

Por Maria Eduarda Moutinho

DIREITA, ESQUERDA E CENTRO
por que há tantos partidos
políticos?

13.

Por Elói Pietá

FEDERAÇÕES
e o rearranjo partidário
no Brasil

19.

Por Henrique Cardoso Oliveira

IMPOSTO DE RENDA
Isenção na Câmara e a
justiça fiscal

23.

Por Maria Eduarda Moutinho

SOBRE A FUNDAÇÃO
conheça o nosso trabalho

27.

TARIFAÇÃO DE TRUMP

de desafio externo a capital político para Lula



Cairo Tavares

Cientista Político e Mestre em Administração Pública



Foto: Daniel Torok / White House

O anúncio do presidente norte-americano Donald Trump de que iria impor tarifas adicionais de 50%

sobre produtos brasileiros gerou, de imediato, preocupações econômicas e políticas. Se por um lado as expectativas iniciais eram de forte impacto negativo na balança comercial e no desempenho de setores estratégicos da economia, por outro, a intervenção direta na soberania nacional em função da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro trouxe um elemento político para a relação comercial entre os dois países.

A atitude imediata do governo Lula foi de rechaçar qualquer interferência externa à soberania nacional e também de

ressaltar a autonomia entre os três poderes, em especial a do Supremo Tribunal Federal. À época o governo encontrava-se “nas cordas” com índices de aprovação em baixa e sofrendo duras derrotas no Congresso Nacional. Contudo, após a euforia inicial do movimento bolsonarista – puxado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL/SP), o qual assumiu publicamente que articulou nos Estados Unidos por sanções ao Brasil por causa do processo do pai – a reação na sociedade quanto ao comportamento dos dois espectros políticos trouxe novos ventos para o governo atual.

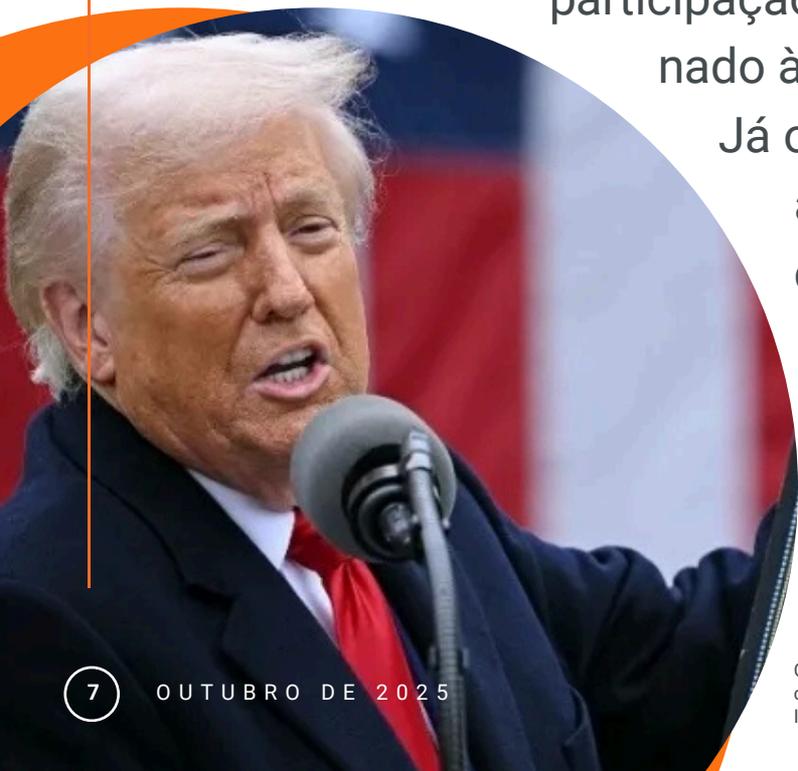
Grande mídia e empresários se manifestaram fortemente contra o tarifaço e aqueles que o defendiam. Já em agosto pesquisas de opinião da Genial Quest apontavam que: 71% consideram que Trump estava errado ao impor tarifas por acreditar que há perseguição a Bolsonaro e que 55% achavam que Bolsonaro e Eduardo estavam agindo mal diante do assunto.

Em 6 de agosto, as tarifas entram em vigor, mas foi com uma lista reduzida de itens (cerca 50% de toda a pauta de exportações para os americanos), atingindo em especial commodities como café, carne e suco de laranja. Os dados do Instituto Brasileiro de Economia, unidade da Fundação

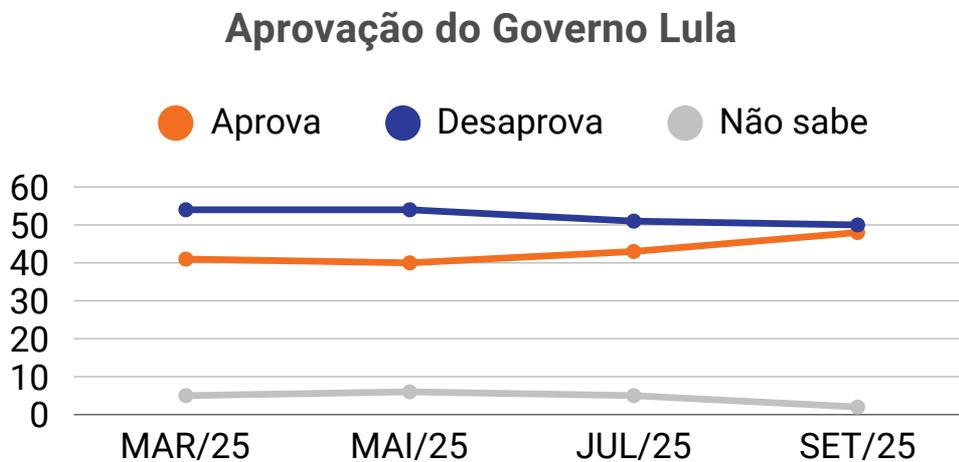
Getúlio Vargas (FGV) sobre os primeiros efeitos do tarifaço apontam impactos relevantes, no entanto não houve comprometimento estrutural da balança comercial, tampouco risco imediato de vulnerabilidade externa (as exportações brasileiras para o mercado americano representam apenas cerca de 12% do total exportado em 2024). A medida afetou segmentos específicos, mas não alterou a tendência de crescimento das exportações brasileiras no agregado.

Para diminuir os efeitos das ações de Trump sobre a economia nacional e na esteira da campanha do governo em defesa da soberania, foi lançado programa Brasil Soberano, ancorado em um pacote de crédito de R\$ 30 bilhões, incentivos fiscais, compras públicas e retardação de tributos para as empresas atingidas pelo tarifaço – a participação no programa está condicionado à manutenção dos empregos.

Já os novos ventos iniciados em agosto, agora se consolidam como tendência em favor do governo Lula. Segundo dados da pesquisa Pulso Brasil/Ipespe (de 25 de setembro) a aprovação



do governo cresceu sete pontos percentuais em um intervalo de dois meses e atingiu 50%, até maio, a distância entre aprovação e desaprovação chegava a 14 pontos percentuais.



Embora a melhora nas pesquisas não esteja ligada apenas à resposta ao tarifaço, ela tem um papel central na reconstrução da aprovação da população em relação ao governo e na construção de uma marca para a gestão (defesa da soberania) petista que até então não havia conseguido emplacar nada relevante.

[***Clique aqui e leia o conteúdo completo***](#)

COP30 EM BELÉM

Amazônia no centro do debate climático global



Maria Eduarda Moutinho

Jornalista da
Fundação 1º de Maio



Sagui-Pigmeu, nativo das florestas tropicais da Bacia Amazônica

A escolha de Belém do Pará para sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU (COP30) em 2025 é um marco histórico para o Brasil e para o debate ambiental global. Pela primeira vez, o maior evento climático do mundo será realizado na Amazônia, coração da floresta tropical e epicentro das discussões sobre biodiversidade, desmatamento e justiça climática. A decisão, anunciada no ano passado, gerou grande expectativa e, inevitavelmente, uma série de debates sobre os desafios e oportunidades que essa realização trará para o país e para a região.

A importância da COP30 transcende a mera realização de um evento; ela representa um ponto de inflexão na agenda climática global. Ao sediar a conferência no Brasil, um país-chave para o futuro do clima, espera-se que as

discussões se aprofundem em temas cruciais que afetam diretamente as nações em desenvolvimento. A questão do financiamento climático será central, com países como o Brasil, Indonésia e Congo pressionando por mais recursos para a transição energética e a adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, a proteção da biodiversidade e a bioeconomia devem ganhar destaque, com a Amazônia servindo como um laboratório vivo para demonstrar como é possível conciliar desenvolvimento econômico com a conservação da natureza.

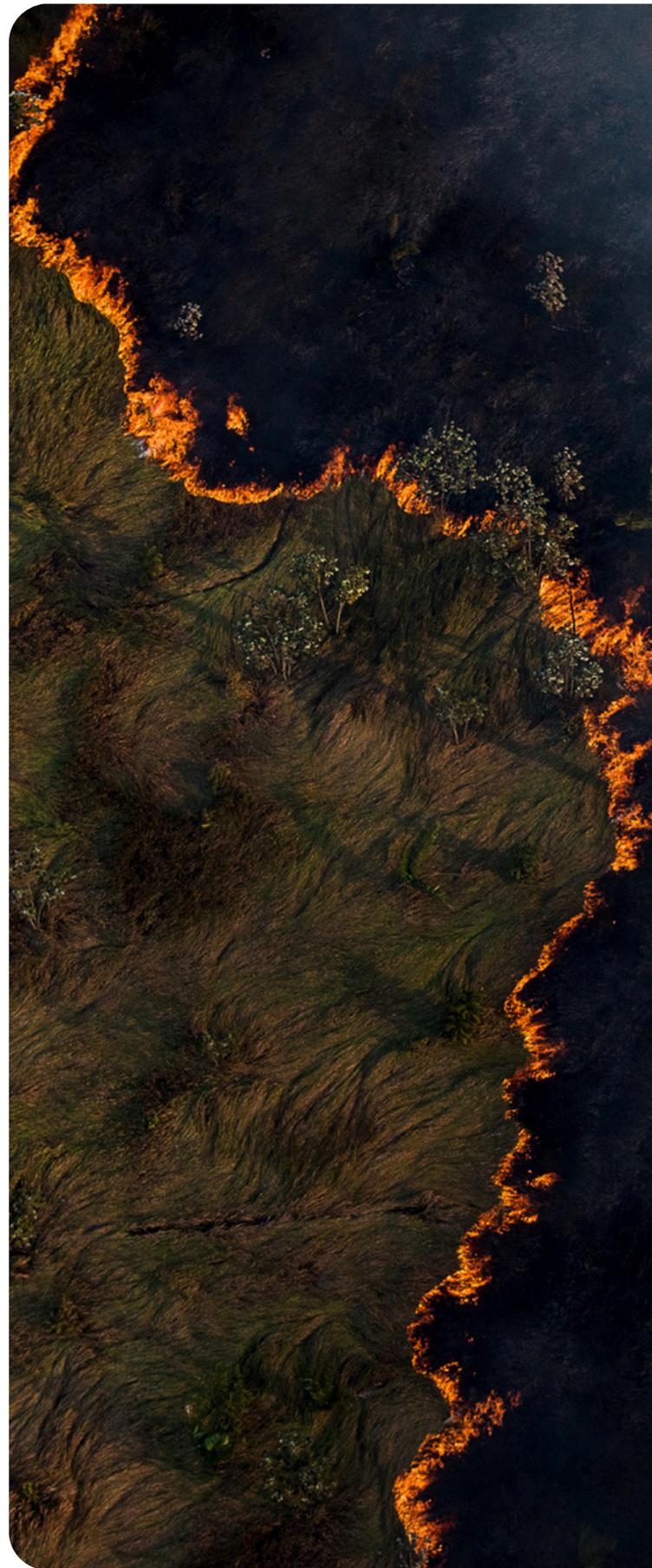
A realização na Amazônia brasileira é poderosa afirmação política. Ao levar chefes de Estado, negociadores, ativistas e cientistas para a porta de entrada da floresta, o Brasil busca colocar a realidade amazônica no centro das negociações climáticas. A expectativa é que a conferência sirva como um catalisador para ações concretas de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e valorização dos povos indígenas e comunidades tradicionais que vivem na região.

Faltando um mês para a COP30, que acontece entre 10 e 21 de novembro, um dos grandes debates que antecede a conferência é se a infraestrutura de Belém está preparada para receber um evento de tal magnitude.

A cidade carece de investimentos significativos em mobilidade urbana, segurança, saneamento básico, hotelaria e conectividade para acomodar milhares de participantes.

Embora o governo federal e o estado do Pará tenham garantido que os preparativos estão a todo vapor, a escala dos desafios é inegável.

A promessa é de que esses investimentos legados não apenas atenderão às necessidades da COP, mas também beneficiarão a população local a longo prazo, impulsionando o desenvolvimento regional.



Vista da Amazônia em meio a área de floresta próximo a capital Porto Velho. Foto: Bruno Kelly

Prós e contras da realização da COP30 no Brasil em 2025

PRÓS

Foco na Amazônia: Coloca a floresta no centro do debate climático global

Visibilidade Internacional: Aumenta a atenção mundial para as questões ambientais brasileiras.

Legado de Infraestrutura: Melhorias urbanas que podem beneficiar a população local.

Oportunidade para Povos Indígenas: Plataforma para visibilidade e participação de comunidades tradicionais

CONTRAS

Infraestrutura Deficitária: Desafios em mobilidade, hotelaria e saneamento em Belém

Custos Elevados: Grandes investimentos públicos para a preparação do evento

Risco de "apagamento": Possibilidade de o evento ser usado para maquiar problemas ambientais.

Impacto Ambiental Local: Grande fluxo de pessoas pode gerar aumento de lixo e poluição

[Clique aqui e leia o conteúdo completo](#)





ESQUERDA, DIREITA E CENTRO

|| *por que há tantos partidos políticos?*



Elói Pietá

Diretor de Projetos e Programas
Políticos da Fundação 1º de Maio

No Brasil e em democracias ao redor do mundo, as categorias tradicionais de esquerda, direita e centro se multiplicam em um caleidoscópio de siglas, ideologias e alianças. Essa

fragmentação levanta uma questão fundamental: por que, afinal, existem tantos partidos políticos? A resposta não é simples e nos leva a uma jornada pelas raízes históricas, particularidades sociais e dinâmicas eleitorais que moldam o cenário partidário.

Um dos principais motivos para essa proliferação é a busca por representatividade. À medida que a sociedade se torna mais complexa e diversificada, diferentes grupos e interesses buscam sua voz no sistema político. Para saber mais sobre o assunto, conversamos com Elói Pietá, que explicou mais sobre os partidos e suas funções; confira:

Elói, ouço às vezes a opinião: "Na política não tem mais esse negócio de esquerda, direita, centro". Tem ainda?

Enquanto existirem conflitos na sociedade, as pessoas, os grupos, ou os partidos, adotarão um lado nos conflitos. Há mais de 200 anos consolidou-se na política o uso dos termos esquerda, direita, centro, para distinguir os lados adotados.

Essa terminologia continua intensamente viva, porque os conflitos na sociedade continuam vivos e as posições que se adotam neles continuam existindo.



Urna eletrônica em fase de testes, antes do período eleitoral.
Foto: Abdias Pinheiro / SECOM / TSE.

Qual a diferença entre direita e esquerda?

Tem vários aspectos que diferenciam. Acho que a distinção mais forte está no tema igualdade e desigualdade econômica e social.

As lideranças da direita são mais associadas às classes ricas. Por isso, são vistas como defensoras de posições políticas que mantêm desigualdades econômicas e sociais.

Preferem deixar que a economia privada e os méritos individuais definam o que acontece na sociedade. Por isso, nos governos elas defendem e praticam a privatização de empresas e serviços públicos, e são muito associadas ao empreendedorismo.

As lideranças de esquerda são mais associadas às classes populares na busca de superar as desigualdades entre ricos e pobres. Por isso elas preferem os movimentos coletivos, já que pobres são muitos e ricos são poucos. Elas consideram que sem ações dos governos não se conseguirá reduzir as desigualdades.

Quais as razões então que fazem existir na sociedade muitos partidos?

Surgem partidos conforme as prioridades que pessoas ou grupos defendem e se unem em torno delas. Vamos dar alguns exemplos dessas ideias que viram partidos.

Tem partidos mais voltados aos interesses dos assalariados e outros que representam mais os interesses dos patrões.

Tem partidos que agregam pessoas que priorizam a defesa do meio ambiente e outros que juntam quem considera a proteção ambiental um obstáculo à economia.

Tem partido que defende as regras de costumes pregadas nas igrejas, e tem outros que defendem o direito de liberdade nos costumes. Estes partidos podem juntar várias destas ideias, com uma ou duas predominando. É assim na democracia.

Vamos dar alguns exemplos desta posição mediana do centro?

Por exemplo, no tema da desigualdade econômica e social os centristas podem partir do princípio de que a desigualdade sempre haverá (nisto se aproximam da direita), mas que é preciso adotar medidas públicas para reduzi-la ao máximo (nisto se aproximam da esquerda). E assim ocorre em muitos outros temas, como os que dizem respeito aos costumes e modos de viver na sociedade.

Na mais recente disputa de segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, parte do centro foi com a direita e parte com a esquerda. De tal modo que há cientistas políticos que dizem na verdade não existir centro.

Para eles, o centro se divide entre os que se aproximam da centro-esquerda e os que se aproximam da centro-direita, conforme os posicionamentos que assumem em cada episódio ou no dia-a-dia da disputa política.



Ato em defesa da soberania e da pauta da classe trabalhadora, na Praça da República. Foto: Paulo Pinto / Agência Brasil.

Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro realizaram manifestação na avenida Paulista. Foto: Cadu Pinotti / Agência Brasil.

A ascensão de líderes carismáticos e a formação de movimentos em torno de pautas específicas, como meio ambiente ou segurança pública, podem dar origem a novos agrupamentos. A multiplicidade de partidos, portanto, reflete não apenas a complexidade ideológica, mas também a ambição de representar cada faceta de uma nação.

[Clique aqui e leia o conteúdo completo](#)





Federação do Solidariedade e PRD Foto: Felipe Damper.

FEDERAÇÕES

| e o rearranjo partidário no Brasil



**Henrique Cardoso
Oliveira**
Cientista Político

Uma das inovações recentes dentro do ordenamento legislativo partidário brasileiro foi a adoção do instituto das federações partidárias, o qual, como definido por sua lei de criação, ocorre quando *“Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária.”*

- **Lei 14.208/2021.**

Sumariamente, o surgimento das federações, como uma aliança político partidária, ocorre como alternativa política para que as agremiações possam, para além da união de suas forças políticas, superar a cláusula de desempenho estabelecida na Constituição Federal.

Mas, antes de se aprofundar sobre o instituto das federações e seu impacto futuro ao sistema partidário brasileiro, faz-se necessária, antes, uma contextualização deste instituto e o cenário político partidário do país quando do seu surgimento.



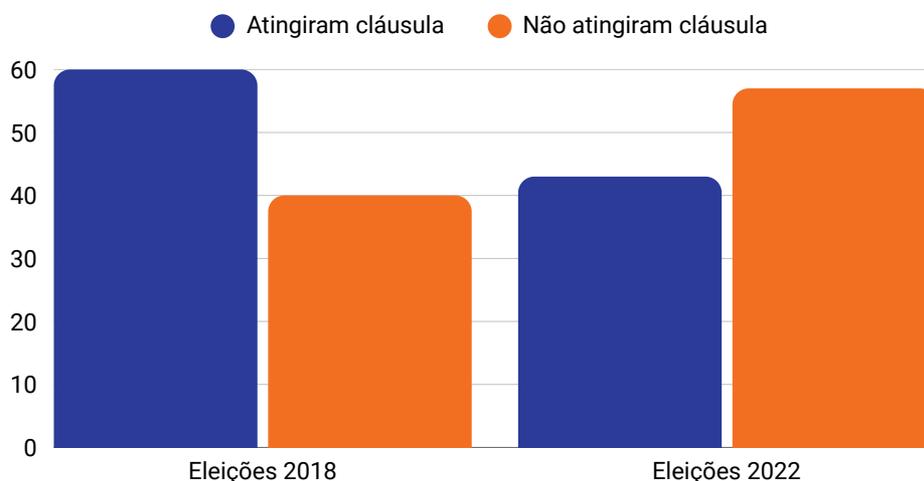
Paulino da Força (à esquerda) e Hugo Motta (acima) em ato de federação do Solidariedade e PRD (SP). Foto:

Em decorrência das críticas vindas da sociedade ao pluripartidarismo no Brasil, que atingiu patamares de hiperpartidarismo em razão do elevado número de legendas registradas, e diante das consequências desse modelo, surgiram também iniciativas dentro do próprio establishment político para um formato partidário em que fosse reduzido o número de agremiações. Neste sentido, as reformas políticas de 2017 e 2021 trouxeram dispositivos legais com esse intuito de reformulação do nosso sistema partidário, a destacar:

Ø Emenda Constitucional nº 97:

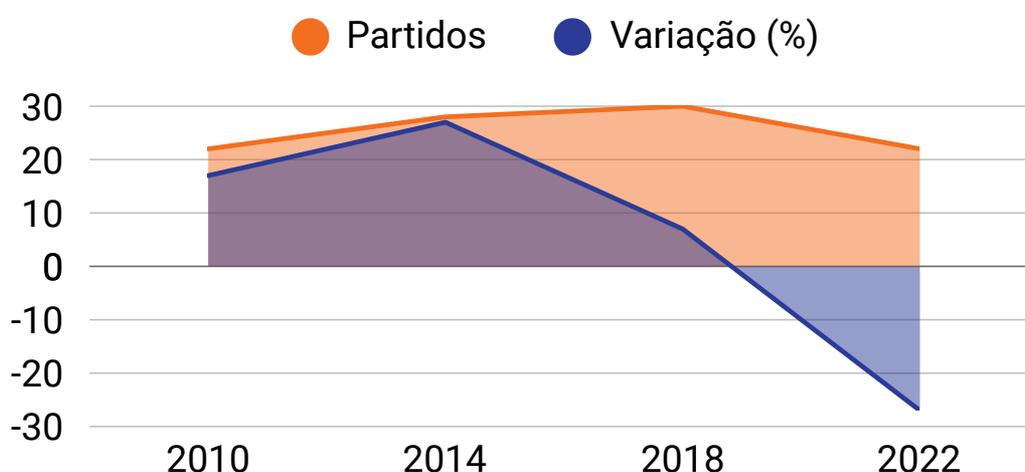
- Fim das Coligações: a partir das eleições municipais de 2020 ficou determinada a vedação das coligações para as eleições proporcionais, cada partido passa a disputar o pleito individualmente não podendo mais somar forças políticas com demais agremiações;
- Cláusula de Desempenho: instituiu exigências mínimas de votação aos partidos, de forma progressiva, até as eleições de 2030 para que tenham acesso aos recursos do fundo partidário, fundo eleitoral, e à propaganda gratuita no rádio e na televisão. Em 2018, 14 dos 35 partidos existentes não alcançaram a cláusula; em 2022, 16 dos 28 partidos não alcançaram.

Cláusula de Barreiras - Desempenho dos partidos



A Emenda Constitucional 97 foi um divisor de águas no tocante ao sistema partidário, as duas medidas impostas em seu texto - tanto o fim das coligações, quanto a cláusula de barreira - foram fatores cruciais para o rearranjo do tabuleiro partidário no Brasil.

Basta salientar que, anteriormente à sua promulgação, o Brasil contava com um elevado número de partidos representados na Câmara dos Deputados e, na atual legislatura, esse número apresenta uma redução em comparação aos períodos anteriores à promulgação da Emenda.



[Clique aqui e leia o conteúdo completo](#)

IMPOSTO DE RENDA



Maria Eduarda Moutinho
Jornalista da
Fundação 1º de Maio

Isenção na Câmara e a justiça fiscal



Sessão da Câmara dos Deputados para votar a isenção do Imposto de Renda. Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

A aprovação unânime do projeto que eleva a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais na Câmara dos Deputados, com o placar expressivo de 493 votos favoráveis e zero contrários, marcou um momento de consenso político raro e significativo na história recente do parlamento brasileiro. Este resultado não é apenas um endosso popular à desoneração do trabalhador de baixa e média renda, mas também sinaliza um passo concreto em direção a um sistema tributário mais progressivo no país.

A chave para o consenso foi o mecanismo de compensação fiscal, que garantiu a chamada

"neutralidade fiscal" da medida, tão exigida pelo Ministério da Fazenda e pelo mercado. A perda de arrecadação gerada pela isenção dos mais pobres será coberta por uma tributação ampliada sobre os rendimentos mais altos, inaugurando uma discussão profunda sobre a distribuição da carga tributária no Brasil.

A mudança na tabela do IR é vista como uma correção histórica após anos de defasagem, onde trabalhadores com rendas que mal acompanhavam a inflação eram forçados a pagar imposto. A medida do governo visa cumprir uma promessa de campanha e, acima de tudo, injetar recursos diretamente na economia por meio do consumo das famílias.

DADOS DO BENEFÍCIO

- Isenção total: passam a ser totalmente isentos de IR os trabalhadores que recebem até R\$ 5.000,00 por mês.
- Milhões de beneficiados: a estimativa é que a nova regra isente cerca de 10 a 14 milhões de brasileiros, totalizando 20 milhões de pessoas que deixaram de pagar IR desde o início da atual gestão.

- Economia individual: para o trabalhador que ganha exatamente R\$ 5.000,00, o valor economizado anualmente pode chegar a R\$ 4.356,89, o que representa um aumento de poder de compra real e imediato, muitas vezes equiparado a um "14º salário" indireto.
- Faixa de transição: além da isenção total, quem recebe entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350,00 terá uma redução parcial e progressiva no imposto, garantindo uma transição mais suave e evitando o desincentivo ao aumento de rendimento.



Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O grande fator de equilíbrio que permitiu a unanimidade no Plenário foi a inclusão da taxaço de faixas de renda até então pouco oneradas, como forma de compensar a renúncia fiscal (estimada em cerca de R\$ 25,8 bilhões até 2026). Essa medida estabelece o princípio da progressividade, onde quem ganha mais, paga mais em termos efetivos.

A principal fonte de compensação é a introdução de uma alíquota de 10% retida na fonte sobre a distribuição de lucros e dividendos que ultrapassem R\$ 50 mil mensais pagos por uma empresa à pessoa física. Atualmente, esta categoria é totalmente isenta de IR, beneficiando majoritariamente os sócios e acionistas de empresas.

O projeto prevê a criação de um Imposto de Renda Mínimo Efetivo para a alta renda, com alíquotas progressivas que chegam ao teto de 10% para rendimentos anuais superiores a R\$ 1,2 milhão (ou mais de R\$ 100 mil mensais).

Estima-se que apenas cerca de 140 mil contribuintes (ou 0,13% do total) serão afetados por essa nova tributação.



Fundação 1º de Maio.

SOBRE A FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

A Fundação 1º de Maio, braço de pesquisa e formação do partido Solidariedade, atua como um pilar de reflexão e inovação política. Seu principal objetivo é aprofundar o debate sobre temas cruciais para o desenvolvimento do Brasil, como as relações de trabalho, o futuro da indústria e a justiça social. A Fundação não se limita a discussões internas, buscando criar pontes com

a sociedade civil, e o setor produtivo. Através de estudos, seminários e programas de capacitação, ela fortalece a base ideológica do Solidariedade e contribui para a formulação de propostas legislativas e de políticas públicas que reflitam os anseios da população. É um espaço de diálogo e aprendizado, focado em construir um país mais justo, equitativo e próspero.

“*Esse projeto nasceu do desejo de fazer uma política diferente, mais próxima das pessoas. A Fundação 1º de Maio não é apenas um centro de estudos para o Solidarietà, é um espaço aberto para ouvir a sociedade. Acreditamos que a boa política se faz com conhecimento e diálogo, e é para isso que estamos aqui: para dar significado à democracia e voz à população.*

- **Andrea Envall**, presidente da Fundação 1º de Maio

A Fundação opera como um centro de diálogo e aprendizado contínuo, com a missão central de contribuir para a construção de um país mais justo, equitativo e próspero. Sua função é servir como plataforma para discussões que visam o progresso, facilitando a articulação das demandas da sociedade e sua subsequente tradução em ação política eficaz.



Andrea Envall, presidente da Fundação 1º de Maio, Encontro de Lideranças (AC). Foto: Carolina Gavino.

Diretoria

Andrea Envall
Presidente

Sandoval Fernandes
Vice-presidente

Maria Izabel Simões
Diretora Financeira

Diego Lucas dos Reis Costa
Vice-diretor Financeiro

Stella Maria Autuori
Diretora Executiva

Adilson Borges
Diretor Executivo

Ariele Macedo
Diretora Técnica

André Albuquerque
Diretor Técnico

Kelps Lima
Diretor de projetos e
programas políticos

Elói Pietá
Diretor de projetos e
programas políticos



www.fundacao1demaio.org.br

Siga nossas redes sociais



SOLIDARIEDADE

www.solidariedade.org.br